

Editorial vol. 41 n. 1

Corpo, Violência e Trauma nas dobras do Sul Global

Fernando Resende (UFF)

Michelle Sales (UFRJ e PPG Multimeios Unicamp)

Pablo Costa (UFC)

Gaia Giuliani (CES, Universidade de Coimbra)

Em artigo recente, Vladimir Safatle (2021) alerta para o fato de que o marco inaugural do século XXI não teria sido o 11 de setembro, mas sim a autoimolação de Mohamed Bouazizi, na Tunísia, em 2010. Para o filósofo brasileiro o gesto de Bouazizi teria inaugurado uma revolução molecular centrada no corpo, o que, segundo ele, é já uma das marcas do século que hoje atravessamos. O termo, porém, ganhou evidência a partir do twitter de Álvaro Uribe, ex-presidente da Colômbia, sobre as manifestações populares que aconteceram na América Latina durante a pandemia do Covid 19, conclamando a população contra uma “revolução molecular dissipada”. Este conceito, com largo repertório entre os políticos de extrema direita, foi recuperado por Safatle (2021), em sua análise sobre as formas como as ficções, os símbolos e as imagens que estruturam o poder colonial são reproduzidos tendo como mote a perpetuação da violência como um fim em si mesma. De acordo com Safatle,

A América Latina, ou ao menos uma parte substantiva do continente, está a passar por um conjunto de levantes populares cuja força vem de articulações inéditas entre a recusa radical da ordem econômica neoliberal, sublevações que tensionam, ao mesmo tempo, todos os níveis de violência que compõem nosso tecido social e modelos de organização insurrecional de larga extensão. As imagens de lutas contra a reforma tributária que têm à frente sujeitos trans em afirmação de sua dignidade social ou desempregados a fazer barricadas juntamente com feministas explicam bem o que “revolução molecular” significa nesse contexto. Ela significa que estamos diante de insurreições não centralizadas em uma linha de comando e que criam situações que podem reverberar, em um só movimento, tanto a luta contra disciplinas naturalizadas na colonização dos corpos e na definição de seus pretensos lugares quanto contra macroestruturas de espoliação do trabalho. São sublevações que operam transversalmente, colocando em questão, de forma não hierárquica, todos os níveis das estruturas de reprodução da vida social (SAFATLE, 2021, sem paginação).

Lilia Schwarcz (2020) aponta a pandemia como o marco histórico do século XXI. Para esta historiadora, as transformações causadas pelo assombroso vírus no território de nossos corpos teriam sido capazes de mudar a sociedade global e criar novos paradigmas de saúde, de sociabilidade, de afeto, entre outros. Além disso, a pandemia antecipa uma crise aguda sem precedentes capaz de ampliar velhas desigualdades e aprofundar novas, baseadas em exclusões digitais e tecnológicas até então não sentidas com essa profundidade.

Dessa forma, a pandemia nos fez enfrentar a dura fragilidade de nossos corpos, a nossa finita humanidade e os modos como causamos o surgimento da COVID-19 e outras epidemias, tornando a

crise moral, ambiental e política como uma crise instalada no nosso corpo, nas nossas práticas cotidianas. Avançando a hipótese de Lilia Schwarcz e Vladimir Safatle, embora não tenhamos um consenso sobre quando começa o século XXI, parece ser possível já inferir que são as políticas centradas na violência, no extermínio, no apagamento, no controle e usos do corpo as que determinam a faceta deste século.

Este dossiê, “Corpo, Violência e Trauma nas dobras do Sul Global”, toma como mote o episódio individual e particular protagonizado pelo feirante tunisiano Mohamed Bouazizi – que também teria desencadeado a Primavera Árabe – com o objetivo de colocar em pauta a discussão sobre estratégias e táticas que temos encontrado para habitar o século XXI. Ao chamar a atenção para o que tem se tornado visível nos campos das artes e das imagens e a partir da tríade corpo/violência/trauma, nossa sugestão é pensar essa revolução molecular, que tem assombrado e transformado a geopolítica mundial, como territorialmente localizada nas dobras do Sul Global. Nossa indagação diz respeito aos modos como essas práticas e intervenções midiáticas e artísticas têm gerado espaços de confronto em relação ao que Suely Rolnik (2019, p. 36) chama de “inconsciente colonial-capitalístico”, política de inconsciente dominante no regime capitalista financeirizado e neoliberal contemporâneo, definido pela psicanalista em termos de seu poder de abusar da força vital que é própria do corpo. Rolnik (2019, p. 37) explica que à medida que a “potência de criação e cooperação” que constitui nossa pulsão do desejo é “sequestrada” pelas forças do mundo capitalista ali mesmo, no “próprio nascedouro de seu impulso germinador de mundos” que é o corpo, o inconsciente colonial-capitalístico se institui e se fortalece como política de subjetividade dominante, desinvestindo o corpo do trabalho de experimentação sobre si mesmo, o que acarreta claras consequências para a produção artística em sua capacidade de imaginar e gerar novos mundos.

A sugestão de pensar a partir do Sul Global e de suas dobras tem como princípio a ideia de que, enquanto território, o sul de que falamos não é um bloco monolítico. Ao partirmos da noção de território, que para Rogério Haesbaert (2016, p. 93) “resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões [do] poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política”, propomos a compreensão de um sul que se constitui de múltiplas territorialidades, portanto, de diferenças, que, a partir das dinâmicas do poder, instituem – e se nutrem de – distintos modos de ser e formas de vida.

No caso específico da América Latina, trata-se de diferenças que ativam (e se produzem a partir de) temporalidades distintas. Para o geógrafo Jaime Mendoza, as territorialidades, nas Américas, criam “verdadeiras densidades temporais mescladas. (...) não somente entre si de modo variado, mas também com o particularismo de cada região, porque aqui cada vale é uma pátria (...)” (apud HAESBAERT, 2021, p. 16). É nesse sentido que entendemos o Sul Global como uma construção histórico-política-cultural que comporta incongruências e justaposição de histórias e tempos disjuntivos; o que nos faz estar atentos, antes, às suas dobras (RESENDE, 2020). Em outras palavras, sugerimos entender que, na sua condição “ex-cêntrica” (COMAROFF e COMAROFF, 2012), o Sul Global é, antes de tudo, o que se apresenta fora das dominâncias e das centralidades do poder, sendo, portanto, o que acontece nas dobras, ou nas territorialidades, que ele próprio produz.

Por este viés, somos também provocados pelo que Mbembe (2018, p. 307) sugere como alternativa para pensarmos uma política no contemporâneo. Segundo este autor, “O que precisamos imaginar é uma política do humano que seja, fundamentalmente, uma política do semelhante, mas num contexto em que, cabe admitir, o que partilhamos logo de início são as diferenças. E são elas que, paradoxalmente, precisamos pôr em comum”. No caso do sul que buscamos conhecer neste dossiê, o que nos parece semelhante, na própria diferença, é a expropriação e objetificação dos corpos, dispositivos que serviram (e ainda servem) à lógica de implementação das colonialidades do poder. Sob essa perspectiva, queremos pensar com Mombaça (2020): “o corpo negro” – e também podemos considerar o corpo indígena e/ou os corpos hoje ainda inventados como subalternos – “é uma máquina do tempo”. Ele remonta, conta, produz

histórias; ele evoca narrativas nas quais se entrelaçam os presentes, os passados e os futuros.

Diante desse corpo, a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) produz exclusões, apagamentos, extermínios e classificações racistas para além do fim do colonialismo, operando como um dos sustentáculos daquilo que Quijano chamará de “Matriz Colonial de Poder”. Para o sociólogo peruano, é esta matriz que interfere, atua e se dissipa em todos os aspectos da vida humana: no corpo, nas subjetividades, na produção de conhecimento e em uma nova divisão do trabalho, que se constitui a partir da categoria de “raça”. E, como sustenta Walter Mignolo (2003), sendo a modernidade uma narrativa centrada na experiência europeia capaz de criar e reunir as ficções criadoras da ideia de civilização ocidental, a colonialidade, e por isso também a categoria de raça, são partes constitutivas da própria modernidade (MIGNOLO, 2003).

Isso justifica, no nosso entender, tomar o corpo como parte de uma tríade que muito pode contribuir para uma efetiva discussão acerca das experiências que configuram o sul para o qual escolhemos lançar nosso olhar. Corpo, violência e trauma, nesse sentido, são aqui compreendidos como elementos fundantes de uma estrutura secular que, no território que chamamos “sul”, se constitui de um jogo de poder a partir do qual as subjetividades são produzidas. É sob este viés que compreendemos os projetos colonizadores como forma de poder constitutiva da modernidade e como articuladores de gestos que desencadearam rupturas incalculáveis, inseparáveis do acúmulo de capital que, ainda hoje, ao referendar a despossessão política e jurídica dos corpos, encena violências.

Em outras palavras, neste dossiê referendamos a hipótese de que o colonialismo adquire sua materialidade histórica não apenas através da violência física, mas também da representação, da linguagem e dos valores que esfacelam corpos, produzindo esvaziamentos e coisificações. Contudo, os corpos que emergem aqui nunca são simplesmente incondicionados, pois enredada na linguagem e na cultura, toda a produção intelectual e artística articulada nesses corpos é sempre uma “obra humana induzida”, para usar a expressão de Edward Said (1990, p. 27), logo saturada de historicidade, da cultura e do poder. Assim, o que nos interessa é ressaltar as respostas dadas pelos corpos aos problemas do presente histórico a partir de uma localidade contextual consciente de si mesma, de sua implicação nas próprias estruturas de violência sistêmica que sustentam qualquer enunciação.

A partir dessa premissa compreendemos o ato de “enunciar apesar de tudo” como modo de endereçar a própria implicação. É por este viés que sugerimos entender o corpo como uma “rede de imagens e de reflexos heterogêneos, densidade compacta, líquida, óssea e sombria, forma concreta de desproporção e do deslocamento sempre a ponto de extravasar o real” (MBEMBE, 2018, p. 235) e, assim, trabalhar com o paradoxo de que as violências que devastam signos, ideias e imagens, também produzem subjetividades, experiências e modos de ser e saber que trazem à tona outras ordens que redistribuem as violências (MOMBAÇA, 2016).

Neste dossiê, a violência colonial, o racismo, a transfobia, bem como outras lógicas fóbicas aqui tratadas são sistemas de ideias, não meras características individuais. E se qualquer sistema de ideias a expressar relações de poder constitutivas de uma hegemonia (não só de pensamento, mas também de ação no mundo) é, nas palavras de Said (2018, p. 18), algo “mais formidável [do] que uma mera coleção de mentiras”, um olhar atento às dimensões discursivas do poder nos parece fundamental. É esta dimensão que configura todo um aparato de constituição de mundos que o tempo inteiro interpela o sujeito em sua capacidade de autorreconhecimento (ALTHUSSER, 2008; BUTLER, 1997). E é nessa interpelação que o corpo se produz, não como tábula rasa prévia de inscrição cultural, mas como consequência repleta de implicações políticas e estéticas. Em outras palavras, o corpo não ilustra conflitos ideológicos, mas os materializa. Insistir na violência aqui como um sistema de ideias tampouco deve ser confundido com falar sobre algo temporal e ontologicamente distinto do próprio corpo, pois o que está em jogo é precisamente os modos como o poder discursivo está materialmente investido na produção dos corpos, bem como em suas taxonomias e hierarquias da diferença. Nesse sentido, corpos dignos de “proteção” e corpos “matáveis” representam extremos de um mesmo investimento de (necro)poder.

Nessa dialética do embrutecimento também estão as práticas artísticas e midiáticas, as representações e as visualidades. É o investimento material sobre o poder discursivo – que, em última instância, produz e gerencia a distribuição da vida e da morte ao longo da dinâmica nervosa que fixa e polícia diferenças “essenciais” entre um “eu” e um “outro”, conforme alerta Mbembe (2018) – justamente aquilo que as práticas artísticas, a literatura e as visualidades com sua força de reconfiguração radical, isto é, com sua aptidão para revirar as figuras do social ao avesso e, portanto, imaginar novas materialidades discursivas, parece capaz de fazer voltar contra si próprio. As práticas artísticas, midiáticas e comunicacionais neste dossiê importam em suas capacidades de atacar, redistribuir e reconfigurar o investimento material sobre o poder discursivo. Um dos casos mais emblemáticos desse investimento material é exatamente a produção do corpo, bem como a sua classificação ao longo de diferentes estratos politicamente investidos de uma dialética da proteção e da desposseção, cujas raízes modernas remontam ao regime colonial da plantação escravocrata.

O trauma, outro dos componentes que perfaz a tríade sugerida neste dossiê, aparece assim como efeito do colonialismo que, de acordo Grada Kilomba (2019), é uma “ferida aberta”. Esse aspecto reforça o foco do dossiê na centralidade das experiências do presente, pois é nelas que o trauma, em suas formas físicas, também se constrói, através das visualidades e dos gestos de linguagem que, de modos diversos, se contrapõem às dores de viver o contemporâneo. Dessa forma, o dossiê busca compreender a economia política da violência e do trauma na contemporaneidade como uma linguagem corpórea, ressignificada nas e pelas práticas artísticas e visualidades midiático-comunicacionais, que atuam como formas de (cor) responder ao complexo estrutural colonial-capitalístico que produz modos de ser nas territorialidades do sul (global).

Tendo em vista as abordagens transdisciplinares, este dossiê abarca os campos da comunicação e das artes em suas diversas linguagens: mídia, literatura, cinema, artes visuais, artes performativas, entre outras. Desse modo, neste volume acolhemos contribuições que interrogam a comunicação e a arte em sua potência de encenar e perturbar a violência do aparato jurídico-político do estado moderno-colonial ocidental, levando em conta sua gênese na história das pilhagens e dos genocídios que o estruturam.

Abrimos o dossiê com a contribuição de Vera Lucia Follain de Figueiredo, intitulada “O corpo e o passado insepulto na ficção latino-americana do século XXI”. Neste artigo, a autora propõe uma reflexão sobre a configuração da temporalidade em narrativas latino-americanas do século XXI que, de modo direto ou indireto, ficcionalizam acontecimentos coletivos traumáticos. Colocando em diálogo obras cinematográficas e literárias contemporâneas como, por exemplo, os filmes *Aranha*, de Andrés Wood, *A Chorona*, de Jayro Bustamante, e romances, como *Corpos intermináveis*, de Cláudia Lage, e *Degeneração*, de Fernando Bonassi, a autora avalia a hipótese de que o passado ganha centralidade como dimensão temporal, que se impõe ao hoje, através de metáforas que materializam a presença dos ausentes, retomando o destino dos corpos.

Violência, trauma, busca de memória pública e memorialização dos corpos vulneráveis, matáveis e esquecíveis são também temas do segundo artigo deste dossiê, “A via-crúcis do corpo travesti”, de Marlon Santa Maria Dias e Alisson Machado. Partindo do brutal assassinato de Dandara Katheryn, ocorrido em 2017, em Fortaleza, Ceará, a reflexão apresentada investiga os mecanismos que facilitam, promovem, autorizam e legitimam a violência a que estão submetidas as travestis brasileiras. Este contributo propõe a tese da via dolorosa como recurso interpretativo da constituição social do sofrimento, em especial, da transfobia e, ao mesmo tempo, da recuperação política das imagens do sofrimento – a via crúcis – na luta contra a invisibilização da violência transfóbica. Focando na leitura de distintas manifestações midiáticas e práticas comunicativas do fenômeno, o artigo trabalha com pesquisa documental e bibliográfica, enquanto propõe a coleção (seleção e arranjo de materiais) e a montagem (exercício de aproximação de diferentes materialidades para a descrição de cenas) como artifícios metodológicos, discutindo, assim, a dimensão ético-estética da escrita imagética.

A fratura colonial e racista que abrange os corpos matáveis – exequíveis – e esquecíveis das mulheres travestis, assim como de outros corpos racializados e objetos de biopolítica colonial e da necropolítica, é o foco do terceiro artigo deste dossiê, “Desejos coloniais: a fantasia erótica de Gilberto Freyre”, de Leon Orlanno Lôbo Sampaio e Angela Prysthon. A partir de uma abordagem crítica da obra de Gilberto Freyre, a proposta é pensar uma trajetória dos desejos coloniais no cinema brasileiro, a começar por *Xica da Silva* (1976), de Cacá Diegues, prosseguindo na análise de alguns filmes recentes em que a fantasia erótica freyreana, em relação à sexualização do corpo feminino negro, é mobilizada tanto para ilustrar a violência da colonização quanto para aludir às tensões e desigualdades raciais da atualidade. O artigo discute os longas-metragens *Vazante* (2017), de Daniela Thomas; *Açúcar* (2017), de Renata Pinheiro e Sérgio Oliveira; *Joaquim* (2017), de Marcelo Gomes; *As boas maneiras* (2017), de Juliana Rojas e Marco Dutra; e *O Clube dos Canibais* (2018), de Guto Parente, focando tanto na reprodução do fetiche erótico quanto nas dobras da narrativa hegemônica.

O corpo não normativo e a sua monstrificação, especialmente quando considerarmos o corpo feminino, que é colocado fora dos cânones da beleza, é o foco do quarto contributo, “Da pressão estética à gordofobia: violências nos memes em tempos de pandemia de COVID-19”, de Milena Freire de Oliveira-Cruz e Letícia Sarturi Isaia. Neste artigo, as autoras analisam alguns memes brasileiros que circularam durante a pandemia de COVID-19, coletados no Instagram e no Google, em que o corpo feminino gordo é animalizado e monstrificado. Considerando o meme como elemento cultural brasileiro, as autoras retomam a questão da hostilização a partir do tamanho dos corpos para destacar a reprodução, nos discursos midiáticos populares, da violência estrutural e de gênero, através da construção da imagem corporal feminina.

Mais uma vez, a monstrificação do corpo feminino, e do corpo feminino negro em particular, nas representações midiáticas é o centro da análise no quinto artigo deste dossiê. “Entre o controle e o silêncio: investigações sobre a representação de mulheres encarceradas no discurso televisivo”, de Carla Ramalho Procópio e Carla Baiense Felix, retoma a questão das imagens de controle que Patricia Hill Collins (2019) identifica como um conjunto de sentidos destinados às mulheres negras (afroamericanas). No mapeamento realizado, as autoras observam a formação de três representações tipificadas, que podem funcionar como imagens de controle no discurso televisivo sobre esse grupo: a da matriarca negra, a da mãe dependente do Estado e a da Jezebel. O objetivo do artigo é contribuir para desvendar as consequências das várias camadas patriarcais e racistas que modulam espaços de visibilidade midiática para estimular uma prática jornalística mais comprometida com as necessidades e vulnerabilidades representativas.

Corpos resistentes e em guerra contra a violência do Estado e das novas relações de poder coloniais a nível global, e igualmente esquecidos na prática jornalística e nos grandes debates políticos internacionais, são também os dos/as guerrilheiros/as curdos/as, tratados no sexto artigo, intitulado “*Nascidos da urgência: o relato ocidental sobre os curdos e a fabulação no documentário independente*” de Jamer Guterres de Mello e Juliana Santoros Miranda. A partir do documentário *Nascidos da urgência: Rostos da linha de frente contra o ISIS*, dirigido pelo fotógrafo e diretor independente Joey L., os autores analisam as representações da luta curda contra o ISIS através do aparato crítico pós-colonial – e dos conceitos de eurocentrismo, orientalismo e subalternidade – e das contradições internas à linguagem documental, provocando reflexões sobre seus dilemas éticos, a ideia de fronteira e periferia no cinema e a troca de informação sobre existências e resistências geralmente invisibilizadas.

Em “*Rasurando o retrato, reconfigurando os corpos: A rasura como gesto político-estético nas obras de Rosana Paulino e Elian Almeida*”, de Diego Granja Amaral, o que se busca compreender é a memória visual brasileira. De forma mais específica, o artigo propõe uma discussão sobre as estratégias adotadas pelos artistas para revisitar a representação dos corpos negros em fabulações críticas que contribuem para reconfigurar os modos de ver a/na cultura brasileira. Sob um ponto de vista conceitual, o artigo discute questões como o papel do arquivo, da colonialidade e da cultura visual. O que se propõe

é a noção de rasura, a partir do trabalho de Leda Martins, como dispositivo teórico para pensarmos a memória visual brasileira. Uma contribuição conceitual que nos permite enxergar as frestas e rasuras da visualidade no Sul Global.

Em “A pele das imagens: trauma e melancolia nas dobras fotográficas por Severo Sarduy, Pedro Lemebel, Alair Gomes e Hudinilson Junior”, de Ribamar José de Oliveira Junior e Huber David Jaramillo Gil, é analisada a poética dos registros fotográficos de artistas que atravessam o território latino-americano (Cuba, Chile e Brasil). A partir de temporalidades distintas, compreende-se como essas obras revisitam não só barroco, mas o neobarroco em sua dimensão estética. Por uma dobradura, os autores procuram pensar no performativo do corpo como imagem que se processa através da melancolia e do trauma. Eles ativam o que denominam “pele das imagens”, aproximando-as a partir de uma textura do entreolhar.

Que seja um material profícuo para outras reflexões acerca dos desafios e das dobras que nos atravessam nesse sul que habitamos e que também nos habita! Desejamos a todes uma leitura prazerosa!

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BUTLER, Judith. **The Psychic Life of Power: theories in subjection**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1997.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. Theory from the South: Or, How Euro-America is Evolving Toward Africa. **Anthropological Forum**, v. 22, n. 2, p. 113-131, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. Buenos Aires/Niterói: CLACSO/Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/Projetos Globais – colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter D.; LEVANDER, Caroline (Orgs.). **The Global South and World Dis/order**. Indiana: Indiana University Press, 2011.

MOMBAÇA, Jota. **A plantação cognitiva**. São Paulo: MASP/Afterall, 2020.

MOMBAÇA, Jota. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência**. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.

RESENDE, Fernando. Geographies of the South: unfolding experiences and narrative territorialities. In: AMANSHAUSER, Hildegund; BRADLEY, Kimberly (Eds.). **Navigating the Planetary**. Vienna: Verlag für modern Kunst, 2020.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

SAFATLE, Vladimir. A dinâmica do levante popular. **Revista IHU**, 23 maio 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/609502-a-dinamica-do-levante-popular-artigo-de-vladimir-safatle>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SAID, Edward. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHWARCZ, Lilia. **Quando acaba o século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

EQUIPE EDITORIAL

Editoras-chefes

Ariane Holzbach (UFF)
Camilla Quesada Tavares (UFMA)

Editores convidados

Thiago Falcão (UFPB)

Editores-executivos

Paula Fernandes (coordenadora)
Daniel Rios
Daniela Araújo
Gabriel Ferreirinho
Joelton Barboza
Matheus Bibiano
Renata Menezes Constant
Rodrigo Reis

Triagem

Mayara Araújo (coordenadora)
Lieli Loures

Revisão

Ana Luiza de Figueiredo Souza (coordenadora)
Ana Paula Oliveira
Beatriz Medeiros
Edylene Severiano
Kárin Klém
Larissa Carvalho
Leticia Sabbatini
Pedro Alves
Rodrigo Quinan
William de Abreu

Tradução / Versão

Leonam Dalla Vecchia (coordenador)
Deborah Santos
Gisele Delatorre
Inês da Silva Alves
Jessika Medeiros
Manoela Mayrink

Projeto gráfico / Diagramação

Alan Fragoso (coordenador)
Thayane Guimarães (coordenadora)
Aleks Moreira

Planejamento estratégico

Angélica Fonseca (coordenadora)
Daniela Mazur
Adonay Guerra

Comunicação

Luiza Costa (coordenadora)

Lucas Bragança

Cheila Pacetti